

**Colóquio Internacional: Élisée Reclus e a
Geografia do Novo Mundo**

6 a 10 de dezembro de 2011
Laboratório de Geografia Política
Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo
São Paulo – Brasil

Elisée Reclus e a Geografia da Barbárie

Francisco Alambert
Professor de História Contemporânea da Universidade de São Paulo.

No paralelogramo de forças constituído pela natureza e pela nação, a diagonal é a guerra.

Walter Benjamin, “Teorias do fascismo alemão”.

Elisée Reclus é uma das mais fascinantes personalidades intelectuais da segunda metade do século XIX. Para muitos, esse anarquista de formação protestante, companheiro de Bakunin e Kropotkin, opositor de Marx e Engels na Primeira Internacional (ele que, entretanto, acreditava ser necessário incorporar a crítica “dialética” ao estudo da geografia), é o fundador da chamada “geografia social”, como se costuma dizer¹. Bem mais “exaltado” que seu contemporâneo Charles Expilly (de quem tomou idéias, como veremos, sobretudo em relação ao Brasil e às demais nações latino-americanas), foi mais de uma vez exilado da França. Desde dos anos de 1850 envolveu-se em todas as revoltas e manifestações importantes, principalmente no período da Comuna de Paris, após a qual

¹ Apud COLE, G.D.H. *Historia del pensamiento socialista; marxismo y anarquismo, 1850-1890*. México/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, v.2, 1956.

acabou preso e exilado por décadas. Sua prisão ocasionou um grande movimento envolvendo militantes operários e intelectuais a favor de sua libertação e pela comutação de suas penas.

Seu caminho até chegar à América Latina começou antes da Comuna, e foi decisivo para a formação de suas idéias e seu radicalismo político. Após o golpe de Luís Napoleão, em 1851, contra o qual engajara-se, refugiou-se na Inglaterra; fixou-se por um tempo na Irlanda e daí, acompanhando o processo migratório, chegou aos Estados Unidos. Na América do Norte, viajou pelos estados do sul, entrando em contato com o sistema escravista – filho de um pastor, conheceu os compromissos da Igreja protestante com o escravismo. Desde então, rompeu definitivamente com sua formação religiosa e passou a especular sobre os mecanismos da escravidão e o destino histórico do Novo Mundo. Em 1855 já o encontramos viajando pela América do Sul, estabelecendo-se na Colômbia onde pretendia organizar colônias de imigrantes europeus. Interessa-se então cada vez mais pela realidade da América Latina, passando a ver no Império do Brasil um equivalente àquela mentalidade e estrutura de dominação que conheceu no sul dos Estados Unidos. Ao Brasil voltará ainda em 1893².

Durante todo esse período colheu material para artigos em diversas publicações européias, entre elas a *Revue des Deux Mondes*, a mais importante publicação para os interessados na situação mundial e, talvez, o mais bem acabado produto intelectual do imperialismo europeu – embora tenha sido, ao mesmo tempo, um espaço privilegiado também para os intelectuais antiimperialistas. Nas páginas dessa revista, Reclus deve ter sido lido por Expilly, embora nenhum dos dois comente nada sobre o outro³. O maior ponto em comum era a presença, para ambos muito próxima, do argentino Juan Bautista Alberdi, que foi ministro argentino em Paris e Londres e um dos mais ferozes opositores da política imperial brasileira da segunda metade do século XIX⁴. Reclus chegou mesmo a traduzir para o francês um longo

² ANDRADE, Manuel C. de. “Atualidade do pensamento de Elisée Reclus”, in *Elisée Reclus. Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, v. 49, 1985.

³ Estudei mais detidamente a relação entre Reclus e Expilly em minha tese de doutoramento: *Civilização e Barbárie, História e Cultura* (Departamento de História da USP, 1998).

⁴ Ver ALBERDI, J.B. *El Imperio del Brasil ante la democracia de América*. Paris: A. E. Rochette, 1869.

ensaio do pensador argentino intitulado *Las disenciones de las Repúblicas del Plata y las maquinaciones del Brasil*⁵. Um texto que se pode ler quase confundindo o autor com o tradutor.

Reclus tentava nos esquadrihar com seus instrumentos de geógrafo experimentador e de ativista revolucionário. Pensou a América de norte a sul, seguindo linhas que acompanhavam as latitudes e as longitudes, os meridianos e os paralelos. Dos anglo-saxões do norte aos latinos do sul, das repúblicas ao império brasileiro, do escravismo ao trabalho livre, do frio ao calor e daí ao clima temperado, observava essas continuidades em seus choques e oposições. Em seu maior ensaio sobre o Novo Mundo, escrito poucos anos antes da guerra contra o Paraguai, “Le Brésil et la colonisation I et II”, publicado na *Revue des Deux Mondes* em 1862, tentou entender os problemas americanos aplicando esse método "dialético"⁶.

Nesse estudo, Reclus deixa claro que escreve no contexto e sob o impacto da Guerra Civil Americana e que seu modelo para entender a América e, principalmente, a questão da escravidão e suas conseqüências, é a república norte-americana:

“no momento em que uma luta terrível provocada pela escravidão dos negros atormenta os Estados Unidos, não podemos deixar de pensar, com verdadeira ansiedade, sobre todos os países da América onde a escravidão ainda existe e, principalmente, sobre o império do Brasil, que forma um conjunto notável com a grande república americana.”⁷

Seu olhar de geógrafo-historiador parte sempre do norte para o sul. Primeiro mostra as semelhanças morfológicas, as proporções continentais que desenham de maneira similar os territórios da grande república do norte e do império do sul. Passa a seguir às semelhanças “históricas”,

⁵ ALBERDI, J. B., (RECLUS, E, trad.). *Les dissentions des republiques de la Plata et les machinations du Brésil*. Paris, E. Dentu, 1865. O texto original encontra-se em *Obras Completas de Juan Bautista Alberdi*, Buenos Aires, Imp. Lit. y Enc. de “La Tribuna Nacional”, v. VI, 1866, pp. 267-307.

⁶ RECLUS, E. “Le Brésil et la colonisation I e II”. *Revue des Deux Mondes*, Paris, tomo XXXIX, pp. 930-959 e 375-414, 15 juin et 15 juillet, 1862. O texto poderia ser definido como uma resenha ensaística baseada nas seguintes obras: “*Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858; Reise durch Nord Brasilien im Jahre 1859*, von Dr. Avé-Lallemant; 4v. Leipzig, 1859 et 1860. – *Deux années au Brésil*, par M.F.Biard; Paris, 1862. – *Brasilianische Zustoend und Aussichten im Jahre 1861*, Berlim, 1862”. A numeração das páginas é descontínua e corresponde à encadernação de diversos exemplares da *Revue* existente no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 930.

pontuando os contrastes entre as populações latinas e anglo-saxônicas, entre as instituições monárquicas e republicanas. Uma significativa semelhança é a matança dos indígenas para permitir a penetração no interior do território. Uma outra é a utilização do trabalho escravo. Como consequência, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos

“formou-se uma aristocracia de plantadores cujo poder repousa sobre o monopólio de um pequeno número de mercadorias e, sob a pressão dos mesmos motivos, o feudalismo brasileiro pode ter de experimentar, cedo ou tarde, as formidáveis consequências experimentadas hoje pela confederação escravista.”⁸

O desenlace para o qual estava destinado o escravismo brasileiro seria uma guerra que oporia os interesses das duas partes essenciais do Brasil: os que ganhavam com a escravidão e aqueles que poderiam ganhar com seu fim. No império, a escravidão era de interesse vital para o sudeste do país, partindo do Rio de Janeiro e passando por Minas Gerais, e a maior parte do nordeste, onde se localizam as grandes cidades em que viviam “quase todas as populações brasileiras mais ou menos civilizadas”⁹. Os que tinham seu futuro comprometido pelo escravismo seriam as novas e promissoras regiões temperadas de Mato Grosso e São Paulo em direção ao sul (que serão abordadas na segunda parte de seu estudo) e as regiões do extremo Norte, em torno da bacia amazônica, objeto de estudo mais detalhado nessa primeira parte do trabalho.

Sendo a parte setentrional (Ceará, Paraíba, Maranhão) “quase deserta”, Reclus nota que o movimento civilizatório vai se refreando: “a civilização européia expande-se com extrema lentidão, e parece parar à entrada do magnífico estuário onde escoam as águas do Tocantins e do Amazonas”¹⁰. Mas nesse momento, quando a civilização, na forma que o império brasileiro criava, parece tropicar, é que se abrem grandes possibilidades. A bacia amazônica destaca-se então por ter poucos escravos, muitos índios e “mamelucos” e fortes possibilidades, graças ao sistema fluvial, de integração com as

⁸ *idem*, p. 931.

⁹ *idem*, p. 932.

¹⁰ *idem*, *ibidem*.

repúblicas andinas.

O geógrafo descreve o Amazonas com espanto e imagens poéticas. Suas grandezas parecem “fazer parte dos domínios da fábula”¹¹. A morfologia dos rios e da floresta parece desenhar o paraíso na terra, mas as doenças, o calor, os insetos são obstáculos terríveis ao “povoamento e à cultura”: “a atividade prodigiosa, a grandeza dos fenômenos naturais que se manifestam na bacia do Amazonas restringem consideravelmente o domínio da civilização”. Nessa abundância incontrolável, tudo é demasiado. Além do calor e das chuvas torrenciais, o rio gigante, as distâncias abissais, até a fertilidade particular do solo afugentam o colono europeu, que preferirá os equilíbrios temperados meridionais. Mas outra causa se une à estas, a escravidão: “os escravos negros formam apenas uma pequena parte da população amazônica, são entretanto suficientes para desonrar completamente o trabalho”¹².

O trabalho, o povoamento, a transformação da natureza em cultura são vilipendiados pela instituição escravista, organizadora do Estado monárquico. Suas primeiras vítimas são os índios, corrompidos e maltratados pelo Estado. A educação pública lhes é negada. Só lhes restam as migalhas de um acesso civilizacional mal remediado. Suas vidas se despedaçam mas o “progresso” e o “melhoramento” não chegam¹³. Ainda assim, o encontro entre o branco colonizador e o índio amazonense pode ter criado uma espécie de redenção para essa catástrofe contínua. Uma saída que se projeta dos territórios do extremo norte brasileiro e estende-se para dentro do continente, nas regiões que lhe são contíguas. Como o solo, o clima e as distâncias tornam impossível a transposição pura e simples de populações européias para essas paragens, o progresso ali terá seu agente na figura original dos “mamelucos”, meio-brancos, meio-índios, filhos da terra

“que não são obrigados a sofrer as duras e fatais provações da aclimatação física e moral. Sem eles, toda a civilização importada sobre as margens do rio brasileiro não será mais que uma civilização de passagem (...) Os mestiços do Amazonas já formam os elementos de um povo: a iniciativa européia

¹¹ *idem*, p. 933.

¹² *idem*, pp. 935-937.

¹³ *idem*, 945.

provará sua virtude (...) reunindo-os para lhes dar uma vida nacional”¹⁴

Uma “vida nacional”, mas não como parte da nação brasileira. Porque o Amazonas deveria ser livre como os mares e, assim sendo, a navegação fluvial uniria por interesses comuns as populações amazônicas e andinas num corpo único. O resultado seria o progresso para todos. No caso brasileiro, restaria ainda conseguir o desenlace para o pior de seus males: a escravidão, “fatal ao progresso do Brasil”. Mas essa também se esfacelaria com a abertura do Amazonas para o resto da América. Com a liberação dos rios, os ribeirinhos brasileiros romperiam “toda a solidariedade com seus compatriotas do Sul”, podendo libertar seus “raros escravos” e levar a instrução aos índios”, desenvolver seu território e conquistar o sonho do “Eldorado que tantos conquistadores encontraram a morte querendo, por tanto tempo e tão valentemente, encontrar”¹⁵. A liberdade dos negros, nessas paragens, dependeria da liberdade do grande rio.

Na segunda parte de seu estudo, publicada em número posterior da mesma *Revue des deux mondes*, na qual acrescentou o subtítulo “As províncias do Litoral, os negros e as colônias alemãs”, Reclus utiliza pela primeira vez o termo “contraste”, uma imagem consagrada pelas definições do Brasil no século XIX¹⁶. Agora, quer mostrar que para quem viaja pelo litoral a idéia de contraste é a mais persistente. De uma região rica, porém quase deserta (a amazônica), chega-se a uma zona onde a civilização está relativamente “avançada”. O que explica a origem primeira desses contrastes é, antes de tudo, uma situação geográfica¹⁷. Os ventos, as correntes marítimas, o curso dos rios próximos, tudo

¹⁴ RECLUS, E. “Le Brésil et la colonisation I”, *op.cit.*, pp. 954-955. Durante o Estado Novo, a figura do “mameluco”, especialmente em sua versão bandeirante e paulista, será recriada por ideólogos autoritários interessados em buscar as “origens” do “verdadeiro” homem brasileiro, célula básica da unidade nacional. Cf. RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1940. É claro que, em Reclus, a noção indicava um sentido completamente diferente. O mameluco não poderia ser o brasileiro “puro” porque simplesmente não era brasileiro. Ao contrário, estaria mais próximo dos povos andinos ou pratenses do que das populações litorâneas ou planaltinas.

¹⁵ *idem, ibidem*, p. 959.

¹⁶ “Le Brésil et la colonisation II”, *op. cit.* Aos livros comentados e usados como fontes, acrescenta nessa segunda parte: “*Historisch-geographisch-statistisch skizze der brasilianischen provinzen Rio Grande do Sul*, von Woldemar Schultz, Berlin 1860, bem como o *Brésil pittoresco*, de Charles Ribeyrolles”.

¹⁷ Lembremos sempre que, para o geógrafo, o Brasil “não é mais que uma aglomeração de territórios quase completamente distintos” (“Le Brésil et la colonisation II”, *op. cit.*, p. 380). Para o determinismo de Reclus, a unidade

leva primeiro ao sul do equador. As cidades litorâneas, nossas grandes cidades (Recife, Salvador e principalmente o Rio de Janeiro) são belas paisagens naturais, dotadas de algumas “obras de civilização”. Essas obras, porém, mal escondem a sujeira, a pobreza do povo, a precariedade das condições. Sem se deixar impressionar pelo "afrancesamento" da cidade posterior à chegada da família real, afirma que a beleza do Rio de Janeiro “deve pouca coisa ao bom gosto e à indústria de seus habitantes”¹⁸.

Reclus é um geógrafo que quer ver além das paisagens. E além das belezas da natureza estão a penúria e as carências do povo confinado nessas paisagens contrastantes. As “razões secretas” das revoltas no Brasil são “os antagonismos dos interesses provinciais”, compreensíveis e inevitáveis diante da vastidão e contrastes do território e do regime de trabalho. Mas os antagonismos se solidarizam em torno de “um mesmo perigo” que a todos ronda: a escravidão, “essa chaga que corrói mais ou menos todas as porções da sociedade brasileira” e que “criou uma comunidade de interesses entre os senhores que lhes força a negligenciar a política local para se precaver do perigo que os ameaça a todos (...) Os proprietários do solo se reconciliam pelo temor aos negros e aos mestiços”.

É esse temor e essa instabilidade, essa “guerra surda”, que “distingue o Brasil de todos os países da América do Sul”¹⁹. Os interesses podem se solidarizar diante da necessidade de se manter o regime de trabalho forçado, mas não podem resolver as instabilidades provocadas pelos diferentes “interesses provinciais”. A escravidão, a única coisa que une nossa classe dominante, é o que mais a aproxima da divisão. A cobiça desmesurada de nossos senhores é seu maior pecado. Ele bem poderia dizer que o Brasil era, mais do que tudo, o império da cobiça. Creio que é por isso mesmo que Paulo Prado o cita em seu *Retrato do Brasil* justamente no capítulo dedicado ao tema da cobiça²⁰.

territorial, que envolve homogeneidades naturais (de clima, de relevo, etc.), é um dado decisivo na formação de um todo nacional coerente e perene.

¹⁸ “Le Brésil et la colonisation II”, p. 377.

¹⁹ *Idem*, pp. 383-384. Conferir os breves comentários ao tema tecidos por CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas/SP, Papyrus, 1994, p. 129.

²⁰ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 126.

Quanto mais o olhar do crítico caminha pelas plagas litorâneas, mais evidentes e centrais vão se mostrando as conseqüências de uma sociedade criada sob o signo da escravidão. Nesse ponto, é necessário voltar à comparação com a república norte-americana. Segundo seus números, os Estados Unidos tinham oito homens livres para cada escravo, enquanto o Brasil tinha um escravo para cada três homens livres. Embora acreditasse que as condições de trabalho nas plantações norte-americanas eram “bem mais cruéis” que nas brasileiras, percebe existir na república norte-americana um debate constante sobre os estatutos morais e legais da escravidão. Ainda que as opiniões e os julgamentos cedessem sempre aos interesses imediatos, a simples existência do debate ao menos testemunharia “uma certa necessidade de justiça que as instituições podiam perverter, mas que não haviam completamente suprimido”²¹.

No Brasil ocorre o oposto. Aqui a escravidão é um fato indiscutível, “tão natural, tão pouco repreensível”. O Estado, os religiosos, os médicos e cientistas, todos compram e vendem escravos, tratando-os como sua “propriedade sagrada”. Tudo se passa com uma naturalidade aparentemente calma e contente de si mesma. Em 1862, esse radical republicano não podia entender como uma sociedade que ambicionava encaminhar-se à civilização poderia manter e estabilizar tamanha contradição em seu núcleo: “eles (os brasileiros) não se vêem obrigados, como seus camaradas da América, a inventar para o negro um novo pecado original, nem erigir em sistema a distinção absoluta das raças, nem de colocar uma intransponível barreira entre os descendentes de escravos e os homens livres”. Não precisávamos “descobrir nenhuma filosofia” que justificasse nosso apreço à escravidão²². Se não precisávamos de uma “filosofia”, bastava-nos referendar nossa *cultura* particular.

No Brasil a escravidão e sua barbárie eram escamoteadas por hábitos e relações que, ao

²¹ “Le Brésil et la colonisation II”, *op. cit.*, p. 385.

²² *idem*, 386. Muito ao contrário, o raciocínio que imperava foi resumido nessa frase lapidar de Roberto Schwarz, escrita mais de cem anos depois da observação de nosso geógrafo, com a qual coincide admiravelmente: “Uma vez que não se referem à nossa realidade, ciência econômica e demais ideologias liberais é que são, elas sim, abomináveis, impolíticas e estrangeiras, além de vulneráveis”. SCHWARZ, R. “As idéias fora do lugar”, in *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1981, p. 13.

contrário dos Estados Unidos, não se encontravam plenamente normatizados. Assim, aparentemente, a instituição escravista brasileira podia flexibilizar-se através de acordos entre senhores e escravos, através da educação (que aqui, diferentemente dos Estados Unidos, não seria proibida aos negros), da possibilidade legal de reconhecimento de filhos, das práticas de favor. Mais do que tudo, os brasileiros não criaram nenhum impedimento que fortemente constrangesse o cruzamento entre brancos e negros, de tal forma que Reclus, muito antes que Gilberto Freyre o fizesse, pôde imaginar próximo o dia “em que o sangue dos antigos escravos correrá nas veias de todos os brasileiros”²³.

Dessa forma, ainda que a instituição escravista permaneça, poder-se-ia imaginar que mestiços ocupariam postos cada vez mais destacados no Estado, na ciência, no exército. Entretanto, há tamanha a confusão e o oportunismo na ordem “racial” que nada impede que, em certas situações, homens de pele apenas “sombreada” possam ser reconhecidos como brancos. Daí conclui que, “no Brasil, não é a cor que faz a desonra, é a servidão”. Nada disso, entretanto, diminui a barbárie comprometida com a instituição escravista. Por mais que aponte as diferenças e especificidades, Reclus não deixa de afirmar que a natureza da exploração do trabalho escravo, em que pese suas formas suavizadas por nosso patriarcalismo, “é idêntica à ‘instituição divina’ dos Anglo-Americanos”²⁴. Nossos senhores de escravos não são mais liberais, apenas são mais “vaporosos” e, por isso mesmo, cínicos.

O cenário da barbárie escravista só tende a piorar, acredita nosso geógrafo. As medidas inglesas, paradoxalmente, agravam a situação, pois, ao proibir o tráfico, tornam ainda mais brutal a vida para os negros já anteriormente aprisionados, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Ainda assim, “certos otimistas acreditam ingenuamente que a servidão involuntária acabará por extinguir-se por si mesma no Brasil. O mal não morre assim; sua natureza é piorar incessantemente, pouco a pouco corromper tudo a sua volta, desaparecendo apenas em consequência de uma crise violenta onde todas as forças vitais se reúnam para expulsá-lo”²⁵.

²³ RECLUS, E. “Le Brésil et la colonisation II”, *op. cit.*, p. 388.

²⁴ *idem, ibidem*.

²⁵ *idem*, p. 392.

Seria exatamente esse desenlace violento e decisivo que, naquele mesmo momento, se apresentava na forma da Guerra Civil Americana. Essa intensificação das contradições impostas pela escravidão num mundo que exigia o trabalho livre, impulsionadas pela pressão inglesa, no caso brasileiro levaria fatalmente à guerra, não apenas interna mas, por força dos antagonismos específicos da América do Sul, também contra as repúblicas vizinhas²⁶.

Entretanto, a elite brasileira parecia não perceber essa iminência, que para Reclus era evidente, contente que estava com sua bem montada sociedade de aparências. Tudo no Brasil se esgotava numa falsa imagem – como aquela sugerida pelas belas paisagens naturais – que não representava sua essência. A Constituição brasileira, por exemplo, parece-lhe “bastante liberal”. A imagem que o Brasil projeta aos olhos da legalidade nacional é a de uma nação moderna em construção. Entretanto, o poder está todo assentado numa “feudalidade territorial”²⁷, em uma espécie de nobreza latifundiária e escravista que domina os meios parlamentares e as instituições do Estado, agindo conforme seus interesses, como um poder paralelo oculto sob a capa da civilização²⁸. Neste ponto, fica evidente o quão aguda acaba sendo a visão do geógrafo das estruturas de maquiamento da sociedade brasileira. Reclus, neste momento bem mais "materialista" do que moralista republicano, percebe o jogo das aparências e sua fundação na divisão de terras e no trabalho escravo.

As conseqüências econômicas do nosso regime serão cada vez mais terríveis. Reclus acredita que a concentração da produção agrícola em poucos produtos de exportação irá redundar em uma

²⁶ Continuando a ligeira comparação entre nosso geógrafo anarquista e um grande crítico literário um século mais novo, Roberto Schwarz escrevia em seu célebre ensaio: “impugnada a todo instante pela escravidão a ideologia liberal, que era a das jovens nações emancipadas da América, descarrilhava” (“As idéias fora do lugar”, op.cit., p. 15). Esse mesmo descarrilhamento forçaria, segundo Reclus, a guerra contra essas “jovens nações emancipadas da América”.

²⁷ Não é o caso aqui de opor comentários à utilização, hoje evidentemente equivocada, que Reclus fazia do conceito de “feudalismo” aplicado à realidade brasileira. Basta lembrar que ele apenas transpõe para o Brasil o modelo europeu que conhecia. Era tentador e simples demais para os estudiosos do século XIX identificar imediatamente os senhores de escravos com os nobres medievais, assim como os escravos com os servos da gleba. Note-se que essa homologia só foi superada, no Brasil, quando Caio Prado Jr. demonstrou nosso papel específico como colônias dependentes dos negócios do **capitalismo moderno** em formação. Cf. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

²⁸ RECLUS, E. “Le Brésil et la colonisation II”, *op. cit.*, p. 392.

péssima ocupação do solo, desgastado pela intensividade. Mais e mais as culturas destinadas ao bem estar da população serão postas de lado em função da economia exportadora. Os negros serão cada vez mais exigidos e os lucros concentrar-se-ão nas mãos dos poucos proprietários de latifúndios, que assim sairão mais fortalecidos na exata proporção em que o resto da população (especialmente os homens livres e pobres) cairá na miséria.

Mas as conseqüências sociais desse estado de coisas seriam ainda piores e, por isso, mais relevantes. Reclus admira a formação do Quilombo dos Palmares e sua capacidade de resistência, mas não crê, dadas as circunstâncias, que as revoltas escravas poderiam acirrar-se a ponto de provocar uma mudança violenta no regime.

O que lhe parece a pior conseqüência da cultura da escravidão é a “desonra do trabalho livre”, cujo desdobramento cultural ele formula através de uma questão que toca em um ponto realmente crucial: “a ignorância geral do Brasil não tem uma explicação natural neste desprezo que a classe dominante professa pelo trabalho dos escravos?”²⁹. O império escravista não tinha como não ser também o império da ignorância. Para comprovar esse destino inglório, apresenta, em nota de rodapé, uma estatística de 1857 mostrando que no Brasil havia um estudante para cada 90 habitantes. Note-se aqui que cifras e questões como essa são exatamente as mesmas manipuladas por Charles Expilly quando, já no contexto da Guerra, irá comparar consistência do sistema educacional no Paraguai de Solano López com o Brasil imperial.

As opressões, a cultura do cinismo e da violência nutrida nos séculos de escravismo e o desmando senhorial estendem-se a todas as relações de sociabilidade. O lugar da mulher na sociedade, tema fundamental também para Charles Expilly, que escreveu um livro clássico a respeito, do mesmo modo, é vitimado por essa cultura escravocrata, permitindo ao autor formular outra questão lapidar, que de certa forma já fora formulada por Expilly: “o estado de inferioridade no qual se encontra a mulher

²⁹ *idem*, p. 395.

não provem dos hábitos de déspota contraídos pelo marido?”³⁰. Tudo em nossa formação cultural aparece irremediavelmente deformado pelas conseqüências do escravismo. Por mais que a sociedade se modernizasse e enriquecesse em sua aparência civilizada, para Reclus (aqui citando uma carta de Victor Jacquemont), “São Domingo está mas próximo que o Brasil da civilização”³¹.

Mesmo quando se pensa na questão da introdução do trabalho livre de imigrantes europeus, o que move o império na verdade “são os embaraços e não os horrores da escravidão”³². Nem mesmo a necessidade de povoamento e de aumento da produção é suficiente para fazer com que os grandes plantadores e senhores de escravos abram mão do trabalho servil. Ao contrário, seu ardil é submeter o trabalhador livre à mesma teia de dependência criada a partir do trabalho escravo³³. E é para desvendar esse ardil que Reclus passa a fazer um apanhado das armadilhas preparadas contra os imigrantes pelo sistema de parceria.

Para consumo e esclarecimento das forças progressistas européias, segue-se uma extensa narrativa das barbaridades sofridas por imigrantes pobres, especialmente das colônias alemãs (objeto do livro do Avé-Lallemant que lhe serve de fonte) na região do rio Mucury. Essas colônias não passavam de “carnificina” de brancos, meras extensões das senzalas dos negros. Em tom quase épico, apresenta os esforços de Avé-Lallemant para salvar 87 colonos famélicos, abandonados e à beira da morte, e a indignação aparente do Imperador diante desses fatos. Mas as tais estruturas, das quais a suposta indignação civilizada do bom imperador fazia parte, entram em funcionamento. A assembléia absolve os administradores da colônia e ainda lhes oferece crédito suplementar. É o momento para Reclus voltar a sua explicação das conseqüências político-culturais dos anos de escravidão na formação

³⁰ *idem, ibidem*. Além de ter escrito longamente sobre o papel da mulher na sociedade brasileira em *Mulheres e Costumes no Brasil*, é fundamental para Expilly, especialmente na obra em que compara o Brasil e o Paraguai, confrontar os papéis destinados às mulheres no império brasileiro e na república paraguaia.

³¹ RECLUS, E. “Le Brésil et la colonisation II”, *op. cit.*, p. 396.

³² *idem, ibidem*.

³³ Para perceber as dimensões implícitas nessa observação do geógrafo, consultar FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974.

brasileira: “num país de escravidão, tais fatos fazem parte da natureza das coisas e não devemos nos espantar que plantadores habituados a agir arbitrariamente aos olhos de seus trabalhadores negros ensaiassem também os efeitos do despotismo sobre seus trabalhadores brancos”.³⁴

Os brancos nunca serão livres, embora tenham a cor da liberdade, “porque a posse do solo, esta primeira garantia de liberdade, lhes é praticamente proibida”. A questão da terra é a questão central: “quatro quintos do solo do imenso império brasileiro se encontram nas mãos de particulares, e cinco ou seis mil ricos proprietários de escravos açambarcam a metade do Brasil”³⁵. Dá como exemplo dramático dessa pesada estrutura de desigualdade a figura de um certo Francisco Thomas da Silva, que teria sido apresentado ao imperador. Ele pertencia a uma família composta de 263 descendentes de quatro gerações sucessivas que jamais haviam possuído um metro quadrado de terra.

Por tudo isso, o único caminho possível para os colonos era o sul do Brasil, os planaltos que se estendem paralelos ao mar, e, adiante, o sul da América do Sul. Entretanto, mesmo nos planaltos salubres de São Paulo, o relativo sucesso da empreitada se devia exclusivamente ao clima, porque ali também imperava o mesmo regime de parceria. Foi por isso que muitos bascos e italianos acabaram partindo para a região do Prata, para tornarem-se cidadãos. Já no Sul, distante das zonas de influência maiores da escravidão, Reclus admira-se de, ao visitarmos algumas colônias, podermos “pensar estar na Alemanha”³⁶.

No extremo sul, com razoável distância dos centros de gravitação e da inércia escravista, torna-se possível o encontro das culturas e sua mistura criativa, num florescimento semelhante ao das plantas em consonância com o bom clima. Lá, a imigração civiliza e civiliza-se. A secular cultura européia, a cultura dos homens simples e empreendedores do campo, desde muito massacrados pela opressão “civilizada” existente em suas terras de origem, pode-se acomodar e crescer junto com as

³⁴ RECLUS, E. “Le Brésil et la colonisation II”, *op. cit.*, p. 404.

³⁵ *idem*, p. 405.

³⁶ *idem*, p. 407.

potencialidades do Novo Mundo. Quando chegam, os alemães são “grosseiros” e sem iniciativa, acostumados que estavam à disciplina “burocrática” e autoritária de seu país. Mas depois de algum tempo aclimatando-se, “sobretudo aqueles que pertencem à geração nascida no solo brasileiro”, perdem a lembrança da antiga opressão, tornando-se “decididos e corajosos”³⁷. Notemos aqui que não é “o Brasil”, seus “climas” ou sua “cultura” que os libertam, mas justamente a *distância* disso tudo.

De todas as colônias alemãs, a que mais o encanta é “Dona Francisca”, origem da cidade de Joinville, em Santa Catarina, a mais “germanizada”, produtiva e culta³⁸. Tão bem sucedida que parece transbordar do Brasil. Tanto e de tal maneira, que o geógrafo se anima em profetizar: “Joinville será um dia o centro onde o comércio e o progresso social se irradiarão em direção ao Paraguai”. E fornece números para provar essa segunda imigração³⁹, que fatalmente ocorrerá, pois as estruturas escravocratas brasileiras não permitiram o pleno desenvolvimento das potencialidades liberadas por esse libertador encontro entre culturas. Tudo está preparado para se chegar ao Paraguai. Certamente por esse motivo não tardará, também, a hora do conflito entre o império e essa futura nação (ou melhor, essa “nação do futuro”).

O que Reclus se esforça em demonstrar é que se formava no Brasil a mesma linha divisória entre duas porções da nação, como ocorrido nos Estados Unidos: a escravista e a livre. Tanto lá quanto aqui, mas ao inverso. Pois no Brasil o Norte escravista opunha-se cada vez mais ao Sul de imigrantes livres. Reclus não vê possibilidade de que os escravocratas acordem de seu sonho de riqueza predatória ou que se civilizem a ponto de perceber a injustiça do regime de trabalho forçado. A guerra exterior, contra as repúblicas progressistas vizinhas, e a guerra interna, que redundaria na fragmentação do

³⁷ *idem, ibidem.*

³⁸ Joinville foi objeto do desejo de muitos franceses interessados no comércio com o Brasil e na fundação de colônias de imigrantes. As terras de “Dona Francisca” pertenciam ao príncipe de Joinville, exilado da França, vivendo em Hamburgo, que as recebeu como dote por seu casamento, em 1843, com a princesa Francisca Carolina, filha de D. Pedro I. Alguns franceses acreditavam ser essa a mais adequada colônia brasileira para “afrancesar-se” com mais facilidade. Cf. AUBÉ, Léonce. *La province de Sainte-Catherine*. Rio de Janeiro, 1861; DUTOT, S. *France et Brésil. Notice sur Dona Francisca par M. Aubé*. Paris, Librairie de Guillaumin et Cie., 1857.

³⁹ RECLUS, E. “Le Brésil et la colonisation II”, *op. cit.*, p. 411, nota 1.

território, fatalmente virão. Mas o que estava em jogo, por fim, era mesmo a idéia de “civilização”, de “civilização brasileira”:

“(os escravistas) terão talvez a honra de ser os últimos civilizados que se dão o direito de comprar, vender e açoiar seu semelhante. Eles aprenderão às suas custas que a verdadeira civilização não consiste na fundação de vastas cidades, na inauguração de estradas de ferro e na grande exportação de mercadorias; uma imensa catástrofe lhes provará que a justiça é o único fundamento durável das instituições e dos impérios”⁴⁰.

Muitos anos passaram, muitas catástrofes se acumularam (a guerra contra o Paraguai foi apenas uma delas), o Brasil, entretanto, manteve a unidade física que Reclus acreditava condenada. Mas certamente não se pode dizer que as deformações de nossa visão de civilização, conforme o geógrafo anarquista percebeu, não se concretizaram.

Num artigo posterior, intitulado “Les republics de l’Amérique du Sud – leurs guerres et leur projet de fédération”, publicado na *Revue des Deux Mondes*, em 1866, Reclus volta à idéia da fragilidade do Brasil, agora mais otimista com os rumos dos primeiros momentos da Guerra, aparentemente a favor do Paraguai⁴¹. A Guerra seria um desastre para a economia e para a estabilidade política do Império, pois traria uma profunda crise de crédito. Por outro lado, acirraria o conflito entre as oligarquias do Norte e do Sul do Brasil, da forma com que já havia previsto em 1862, na medida em que a Guerra só interessava aos últimos.

Sua crença irrestrita nos valores do progresso – capitaneado pelas liberdades comerciais, pelo favorecimento geográfico e pela composição “racial” do povo – fazia com que Reclus não duvidasse do

⁴⁰ *idem, ibidem*, p. 414. Era, sem dúvida, uma advertência, que não deixava de indicar a atenção extremada que Reclus dispensava aos destinos do Brasil. Seja como for, parece clara a missão a que, como Expilly, ele se propõe. Em suas palavras: “A missão daqueles que se interessam pelos destinos da raça latina na América está claramente traçada. Instruídos pela guerra civil que desola os estados anglo-saxões, outrora unidos, não devem cessar de advertir o Brasil e de indicar a grossa nuvem de tempestades que se forma ao longe no horizonte” (p. 414). É uma metáfora, catastrofista mas generosa, de um geógrafo ilustrado e revolucionário à espera da mudança redentora.

⁴¹ “Les republics de l’Amérique du Sud – leurs guerres et leur projet de fédération”. *Revue des Deux Mondes*, tomo LXV, pp. 953-980, 15 octobre 1866. Trata-se de ensaio bibliográfico baseado em *Union latino-americana, pensamiento de Bolívar*, por J.M.Torres Caiedo (Paris, Rosa y Bouret, 1865); *Proyectos de tratado para fundar una liga sud-americana presentados por los plenipotenciarios del Ecuador, de Bolivia, de Chile, del Peru, de los Estados Unidos de Colombia, etc.*

destino vitorioso do Paraguai. Essas mesmas forças seriam responsáveis pela derrocada do império brasileiro, condenado a amargar as contradições inerentes à sua formação, das quais não podia escapar. Na análise pioneira de Reclus, o problema da colonização, mesmo que seja a luta por território e hegemonia entre Estados pós-coloniais, é tratado como uma forma de dominação de caráter imperialista e não como uma expansão necessária ao progresso e à “causa” da civilização, muito embora, como já foi dito, essa não fosse uma questão isenta de controvérsia em sua obra⁴². Mesmo assim, é certo que “da obra de Reclus se pode retirar uma contrageopolítica dos povos tutelados em favor da libertação”⁴³.

Mas o que estava em jogo era principalmente uma luta por modos de absorção e integração das populações à ordem social. O que mais diferenciava a cultura do império da de seus oponentes hispânicos, especialmente o Paraguai, eram exatamente essas formas de composição que, a princípio, tanto para Reclus quanto para Expilly, tomavam a imagem da integração racial, para, por fim, desdobrarem-se nas formas de integração dos pobres na sociedade dinâmica. O sistema brasileiro, baseado nas relações escravistas, era impermeável a uma integração saudável dos “primitivos” (mas não “inferiores”), do mesmo modo que aos homens pobres e sem propriedades. A realidade da América Hispânica (exceção feita a Buenos Aires) seria outra.

Para Reclus, a principal conquista da América do Sul, sua contribuição à civilização, é a mistura do indígena com o ibérico. Os espanhóis fizeram isso melhor que os portugueses. O maior contraste entre essas diferenças colonizatórias pode ser visto justamente entre o Brasil e os povos andinos e pratenses. Diferimos em tudo, na geografia e na “etnologia”⁴⁴. Aqui os brancos são minoria e os negros são escravizados. É impossível, nesse ponto, não ressaltar que Reclus (bem como Expilly em suas apologias da cultura hispânica) omite, para justificar suas idéias, qualquer reflexão ou menção sobre os

⁴² Apud. LACOSTE, Yves. “Géographicité et géopolitique: Elisée Reclus, in *Herodote*, Paris, 22: 14-56. jul./set. 1981.

⁴³ ANDRADE, M.C. de. *op. cit.*, p. 22.

⁴⁴ “Les republics de l’Amerique du Sud”, *op. cit.*

processos de genocídio das populações andinas e pré-colombianas por parte dos colonizadores espanhóis. Para esses críticos radicais franceses, a violência está restrita aos portugueses e seus descendentes brasileiros⁴⁵. Se alguma mitologia pudesse ser criada a partir de suas obras, teria certamente a imagem do “homem cordial” hispânico.

Reclus ignora qualquer discurso sobre a capacidade de assimilação brasileira, que será tão discutida no século seguinte. Para ele, éramos muito mais assemelhados à América do Norte. Os norte-americanos, como os ingleses, “são o povo que menos sabe associar-se a raças diferentes da sua”. “Audaciosos e perseverantes”, eles, entretanto, são incapazes “de compreender as idéias e a maneira de pensar dos estrangeiros com que travam contato”. Dá o exemplo dos índios americanos, assassinados e isolados em reservas: “quão grandes serão as dificuldades de uma fusão entre as diversas populações da república, se os Estados Unidos um dia anexarem o México?”. Os Estados Unidos e seus “brancos orgulhosos da liga americana”, estavam condenados ao conflito e opressão aos índios, aos negros (que teriam para sempre negado o seu direito às “liberdades civis”), aos mexicanos e cubanos (sic)⁴⁶.

Reclus guarda todos os seus elogios e esperanças ao mundo hispano-americano, formado “pela mistura de raças, vantagens do clima e abundância de produtos”; um povo dotado de capacidade de assimilação cultural, força, vigor e inteligência que mesmo aos europeus é mais que admirável, é invejável: “os hispano-americanos diferem de seus vizinhos do norte pela origem, língua, hábitos, espírito nacional: eles representam um gênio distinto”⁴⁷. Como se estivesse contemplando uma tela

⁴⁵ Segundo o geógrafo Manuel Correia de Andrade, Reclus, em seus estudos sobre o processo de colonização, “não omite informações sobre massacres de nativos por tropas inglesas e por colonos, seus descendentes, como os ocorridos nos Estados Unidos”. Mas, no caso dos espanhóis na América do Sul, omite. Curiosamente, o geógrafo brasileiro, autor de uma boa introdução a obra de Reclus, ao selecionar artigos que este havia publicado justamente na *Revue des Deux Mondes*, não menciona nenhum dos escritos sobre o Brasil e os conflitos do Prata. Apud. ANDRADE, Manuel Correia de (org.). *Elisée Reclus. op. cit.*, p. 32.

⁴⁶ “Les republicues de l’Amerique du Sud”, *op. cit.*, pp. 973-974.

⁴⁷ *idem ibidem*, p. 975. Mesmo a historiadores brasileiros, em certos momentos, essa idéia de superioridade guarani foi sedutora. Edmundo Zenha escreveu muitas páginas para elogiar essa “cultura” da América meridional, cujo melhor exemplo seriam os índios e mamelucos criados na região paulista e mesmo no Paraguai.: “indiscutivelmente o guarani foi dotado de qualidades superiores, sendo difícil explicar o atrazo (sic) material de sua cultura”, diz creditando, é claro, o “atrazo” apenas aos paraguaios... Cf. ZENHA, Edmundo. *Mamelucos*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1970, p. 271.

costumbrista, afirma que o “vaqueiro” das solidões sul-americanas é superior em inteligência e em dignidade ao “nosso” (o dele, europeu, ou o nosso brasileiro) “rude camponês”⁴⁸.

Ao império brasileiro, na iminência de uma derrota, só restará perpetuar-se se puder imitar essa capacidade de assimilação, que levaria à constituição da nova “raça sul-americana”. Só lhe restaria sanar seus vícios aceitando a mistura entre negros e brancos, buscando dessa forma conquistar algo desse “gênio distinto”, que nações como o Paraguai aparentemente haviam alcançado. Claro está, nessa altura, que o “gênio” a que Reclus se refere não se esgota numa suposta assimilação de caráter “étnico” ou racial. Ele é tributário de uma **ordem social** que as jovens nações republicanas da América haviam podido alcançar, uma ordem que podia fazer a cidadania liberal funcionar, até melhor que na Europa, nessas novas terras.

Por isso, a parte hispânica da América do Sul desenha um novo capítulo na História da Civilização. Porém, “sua unidade, tão bem indicada pela natureza e pela origem, não está ainda definitivamente realizada politicamente”. Após explicar o meio, a conformação “racial” e a história do sul da América do Sul e suas formas de entrelaçamento e tensões, Reclus passa a escrever como jornalista de guerra, dando notícias favoráveis, enquanto decorria o primeiro ano do conflito, ao Paraguai, ridicularizando os fracassos, diminuindo os ganhos e as pretensões dos aliados. Em sua reportagem engajada o Brasil e a Europa haviam-se unido para atacar o projeto de união das repúblicas latino-americanas (é o caso da invasão e da restauração monárquica no México, promovida pela França e a interferência do Brasil, ao lado de Flores, contra a “Banda Oriental”). Caberia às forças progressistas combater também essa guerra.

Mas seu tom não é o do otimismo aberto. Ele gosta da representação do teatro de guerra, do jogo de estratégias. Quer encenar uma análise “imparcial”, baseada no estrategismo militar geopolítico. Suas análises terminam sempre por alertar, ou ameaçar, os aliados das imensas dificuldades de ação no

⁴⁸ “Les republicues de l’Amerique du Sud”, *op. cit.*, p. 979.

solo paraguaio. Vitórias parciais, como Tuiuti, são avisos de derrotas futuras. Sua ciência é sua arma para desmobilizar o otimismo que o gigantismo das forças aliadas traziam: “em todo o caso, os enormes sacrifícios que se deverão impor ao Brasil serão de maiores proporções do que os fatos até aqui e não poderão ser compensados nem mesmo pelo produto da pilhagem do Paraguai inteiro.”⁴⁹

Sua certeza da vitória dos paraguaios e das forças que a eles deveriam juntar-se vinha sobretudo da coesão nacional e da capacidade desse povo de absorver as técnicas européias e manejá-las sozinhos (a mesma suposta capacidade que tanto horrorizou o Visconde de Taunay em seu *A retirada da Laguna*⁵⁰), isolados que estavam do mundo ocidental pelos bloqueios. A tenacidade nacional e essa capacidade de aprender, de dar “saltos” na escala dos meios da civilização, mostravam que o Paraguai era capaz de construir uma nova civilização, a civilização sul-americana. Por isso seria inevitável que a república guarani se unisse à Bolívia e ao projeto de uma “liga americana”, mais ou menos como também sonhava Expilly, criando através dos Andes e do “mar do sul” uma nova via de comunicação com o mundo que tornaria inútil o bloqueio dos aliados. Cedo ou tarde, as outras repúblicas perceberiam a necessidade de apoiar o Paraguai contra os interesses do Império e de Buenos Aires:

“São os filhos dos guaranis que, nessa luta suscitada pelos proprietários de escravos, tomam em suas mãos a causa da república usurpada; são eles que mantêm contra as ambições do império vizinho o princípio de livre abertura dos rios; fizeram de seu país, tão pequeno, a poderosa praça forte dos estados hispano-americanos contra a monarquia escravista do Brasil (...) Enquanto na velha Europa erigimos em lei providencial a futura absorção dos pequenos estados pelos grandes reinos, as repúblicas do Novo Mundo tomam outro princípio, mais conforme a justiça, aquele da federação entre povos livres”⁵¹.

Era esse o sonho de Elisée Reclus.

Reclus dedicará ainda um último grande trabalho (ou esforço de guerra), na mesma *Revue des deux mondes*, à guerra no Prata e à situação do Brasil e, especialmente agora, da Argentina: “L’élection

⁴⁹ *idem*, p. 966.

⁵⁰ Em outro momento, discuti essas mesmas questões em Taunay. Cf. “Literatura e Política no Visconde de Taunay”, in *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Ângela M. de Almeida, Berthold Zilly e Eli N. de Lima (orgs.). Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

⁵¹ “Les republicues de l’Amerique du Sud”, pp. 972-980.

présidentielle de la Plata et la Guerre du Paraguay”⁵². Mas já estávamos no ano de 1868, a Guerra ia longe e o otimismo de antes encontrava dificuldades em se sustentar. Logo no início, esse abatimento relativo se manifesta, e Reclus confessa um “profundo sentimento de tristeza” com os eventos do Prata. Mais cético e decepcionado, era-lhe difícil entender como essas nações tão ricas ainda não puderam “sair da barbárie guerreira”⁵³. Pior, talvez, era constatar que a Europa civilizada não havia tomado as posições que ele acreditava necessárias e que lhe valeriam o respeito dos defensores do avanço social.

Menos como o crítico social de antes e mais como jornalista engajado, vai descrevendo os horrores nos campos de batalha do Paraguai, insistindo sempre na culpa do Brasil por conta de sua ingerência nos assuntos do Prata, especialmente a cólera que se expande desgraçando os rios, ameaçando “o país que pode ser o mais salubre de todo o mundo”⁵⁴.

Entretanto, acredita que uma nova saída política poderia vislumbrar-se no horizonte. A eleição recentemente ocorrida na Argentina poderia pôr fim à Guerra, caso o substituto de Mitre assim o quisesse. Acompanhando as eleições argentinas, as disputas em torno de Sarmiento e Urquiza, crê que o país, assim como acreditava que ocorreria com o Brasil (mas por motivos bem diversos), corria sério risco de dividir-se irremediavelmente entre Buenos Aires e as províncias.

A Guerra arrastou a Argentina para uma crise política enorme. O tradicional embate entre as províncias e a cidade de Buenos Aires teria se tornado ainda mais perigoso à manutenção da unidade federativa em função das disputas e da ingerência brasileira. A trágica aliança com o império representava perigo para a própria legitimidade nacional argentina. Reclus acredita que a diplomacia brasileira foi hábil o suficiente para modificar, segundo os interesses da Guerra e de Buenos Aires sob Mitre, a própria legislação e assim “enfeudar” (*inféoder*)⁵⁵ a própria sociedade. A força do sistema

⁵² RECLUS, Elisée. “L’élection présidentielle de la Plata et la Guerre du Paraguay”, in *Revue des deux mondes*, XXXVIIIe. anée, 15 aout, 1868, pp. 891-910.

⁵³ *idem, ibidem*, p. 891.

⁵⁴ *idem*, p. 892.

⁵⁵ *idem*, p. 899.

legal, não apenas da Argentina mas de todas as nações prateses, viria, na opinião do anarco-federalista que era Reclus, justamente da autonomia dos estados, ligados uns aos outros apenas por um tênue “laço federal”. Esse sistema que respeitaria as diversidades regionais estaria prestes a ser “substituído por um código centralizador como o do Brasil ou o da França imperial”⁵⁶.

Tudo isso se tornava cada vez mais plausível na medida em que avançavam as vitórias da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Ora, pergunta Reclus, que vantagem levariam os argentinos ao vencerem a Guerra? Nenhuma, pois perderiam, entre outras coisas, suas liberdades duramente conquistadas, suas leis progressistas. Sua nobre legislação a favor das mulheres e dos imigrantes estrangeiros (os que mais preocupavam nosso autor) seria bombardeada pelos canhões do império escravista e por sua moral despótica e patriarcal⁵⁷. Agora mais que antes, talvez por não vislumbrar muitas outras alternativas, Reclus quer aterrorizar os agentes da Tríplice Aliança. Segundo seus argumentos, sair da Guerra significa sair da zona de influência do império brasileiro, significa manter a identidade nacional. Tratava-se de uma sutil estratégia para provocar as forças sociais descontentes das províncias e mesmo de Buenos Aires (o que era mais difícil).

Uma estratégia de desespero, pode parecer. Mas o autor, em sua guerra de idéias, não pode deixar baixar o ânimo da tropa que acredita influenciar com seus artigos. Assim, parte a seguir para uma descrição cerrada, cheia de detalhes e lances pitorescos, que retratariam o andar trôpego da Guerra: as enormes forças brasileiras lutando com os aguerridos patriotas paraguaios, pequenos mas decididos; todas as vitórias e derrotas parciais, todos os detalhes dos territórios litigiosos, das forças em conflito, do teatro de horrores e heroísmos. Tudo isso até chegar à grandeza comovedora das mulheres paraguaias enfileirando-se de espontânea vontade com os homens na batalha⁵⁸.

⁵⁶ *idem, ibidem*.

⁵⁷ A comparação entre os sistemas legais do Brasil e da Argentina é toda ela baseada, segundo citação do próprio Reclus, numa brochura de Alberdi que ele havia lido há pouco: *El proyecto de código civil para la Republica Argentina y las conquistas del Brasil*, cf. p. 900, nota 1.

⁵⁸ “Quatro mil mulheres e moças tomaram a defesa de Tebicuari sob as ordens do brigadeiro-general, a inglesa Eliza Lynch, outras estavam acampadas em Villa-Rica, em Cerro-Leon, nos fortes de Assunção”; *idem, ibidem*, p. 907.

Ao mesmo tempo, não perde a oportunidade de, numa derradeira tentativa, chamar à responsabilidade as forças democráticas das repúblicas andinas, da Inglaterra (que, para seu horror, mantinha um diplomata responsável pelos assuntos do Prata que não escondia acreditar que López não passava de um “déspota bárbaro”), da França (que poucas esperanças lhe causava diante de suas atitudes na invasão do México), dos Estados Unidos (que mais do que todos, por ter vivido uma guerra que contrapôs os filhos da pátria uns contra os outros, deveria tomar atitudes enérgicas para por fim ao conflito). Mesmo o pequeno Uruguai é chamado à razão. Mais ou menos como a Argentina, porque ele também só teria a perder, mesmo com a vitória na Guerra. Segundo Reclus, além de aprisionar-se definitivamente à zona de influência do Brasil, a economia uruguaia encontrava-se em crise, com taxas de juros elevadas e, coisa inaudita para esse outrora “paraíso dos trabalhadores”, desemprego.⁵⁹

Mesmo o Brasil é alertado. Reclus acredita poder falar às forças progressistas que resistem dentro do império, ou que, pelo menos, poderiam enxergar a crise que se avizinhava. Afinal, como ele mesmo já profetizara anteriormente, também o grande império ameaçava ruir. Talvez nem tanto, segundo suas previsões anteriores, pelo seu esfacelamento político, mas certamente pelo seu esfacelamento econômico. Que futuro, ele pergunta, teria uma nação obrigada a gastar em um ano, em função das despesas com a Guerra, “quase três vezes o que arrecada”⁶⁰? Uma terrível “dificuldade” que obrigava o gabinete Zaccarias (que, lembremos, não resistirá até o fim do conflito⁶¹) a pelo menos reconhecer a crise. E também dava oportunidade a Reclus de levantar, uma vez mais, suas armas: “quanto ao tremendo problema da escravidão, que mereceria também ser considerado uma ‘dificuldade’, a solução ficou indefinidamente adiada”⁶².

⁵⁹ *idem, ibidem*, p. 908-909.

⁶⁰ Reclus não cita suas fontes e, é claro, em função da urgência do momento, seus dados podem ser cuidadosamente alterados segundo seus interesses. Mas é fato que a Guerra provocou uma enorme crise financeira no império. Seus efeitos foram estudados por GRANZIEIRA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil: moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 1979.

⁶¹ Para uma aguda análise dos conflitos parlamentares que levaram à queda do gabinete Zaccarias, cf. COSTA, Wilma P. *A espada de Dâmocles*. São Paulo, HUCITEC, 1997.

⁶² RECLUS, E. “L’élection présidentielle de la Plata et la Guerre du Paraguay”, *op. cit.* p. 910.

A par dessa crise econômica que ameaça a estabilidade imperial, Reclus enxerga uma crise política análoga, baseado em alguns “acenos quase republicanos” saídos da câmara dos deputados. Como última provocação, transcreve trechos de discursos de Felício dos Santos e de Christiano Ottoni. Este último prediz a catástrofe, a ponto de Reclus reconhecer nessas palavras um “alerta profético”: “é impossível que o Brasil possa existir se a luta continua...O Paraguai é nosso México”. Felício dos Santos, por sua vez, ataca a “arrogância e desprezo” do Brasil, portando-se como uma “nação monarquista e decrépita”, diante das jovens nações americanas. O deputado brasileiro antecipa as críticas que surgirão com o advento da república à triste aventura guerreira do Prata. Para alegria e espanto de Reclus, discursa num tom que deve ter soado ao geógrafo como uma transcrição de seus pensamentos: “se continuarmos com essa política anti-americana, a Guerra do Paraguai não será de modo nenhum um fato isolado na história; ela não será senão o prólogo da grande conflagração americana”⁶³. Mas nada disso era suficiente, e já não havia mais nada a dizer. Aqui, o sonho de Reclus parece começar a amanhecer num pesadelo sem volta, de triste despertar.

O anarquista Reclus, como geógrafo e como militante, preocupou-se fundamentalmente, com o processo de expansão do capitalismo europeu para o mundo, mais ou menos como Expilly, embora ambos divergissem, em diversos pontos, quanto aos significados e efeitos dessa expansão. Entretanto, estavam bastante próximos quanto ao papel que poderiam desempenhar as pequenas repúblicas da América nesse contexto. Para ambos, o fundamental era saber como as jovens nações sul-americanas poderiam conseguir uma posição de destaque nesse processo, ao mesmo tempo em que resguardassem suas originalidades nacionais, de fundo “racial” e político, verdadeiros ganhos civilizacionais. O fato de serem novas nações, nascidas de revoluções anticoloniais, mestiças, aclimatadas a um meio privilegiado, poderia dar-lhes a possibilidade de um desenvolvimento diferenciado: seja como jovens nações capitalistas “humanizadas”, como queria Expilly, seja como solo em que se ergueria o novo

⁶³ *idem, ibidem.*

indivíduo, dotado de uma força moral desconhecida ao homem civilizado europeu “puro”, como sonhava o anarquista Reclus. Ambos acreditaram na idéia de “Novo Mundo”, mas não abriram mão da influência das forças esclarecidas do “Velho Mundo”⁶⁴, que se sabiam representantes, em ajudar a orientar esse processo que poderia ser, ao mesmo tempo, um processo de consolidação de independência política e o início de uma possível nova etapa no processo maior de construção da “Nova Civilização”. Era isso, esse sonho de um futuro redentor, civilizado mas não necessariamente europeu (mas decididamente americano), que a guerra do Brasil contra o Paraguai ameaçava destruir.

⁶⁴ Daí a ênfase de ambos na necessidade de povoamento das terras da América pela população pobre européia. Para Reclus era mais complicado endossar esse processo, porque além de ser algo que interessava aos Estados europeus, era também uma nova possibilidade de manutenção da dominação do centro sobre a periferia. De fato, em algumas circunstâncias, o geógrafo lutou a favor das políticas francesas de povoamento, especialmente na Argélia, o que lhe causou sérias discussões com seus companheiros anarquistas. Sobre isso, ver RECLUS, E. *Nouvelle géographie universelle; L’Afrique septentrionale*. Paris, Hachette, v. XI, 1886, pp. 296-301.